

Sindicato das escolas busca parcerias

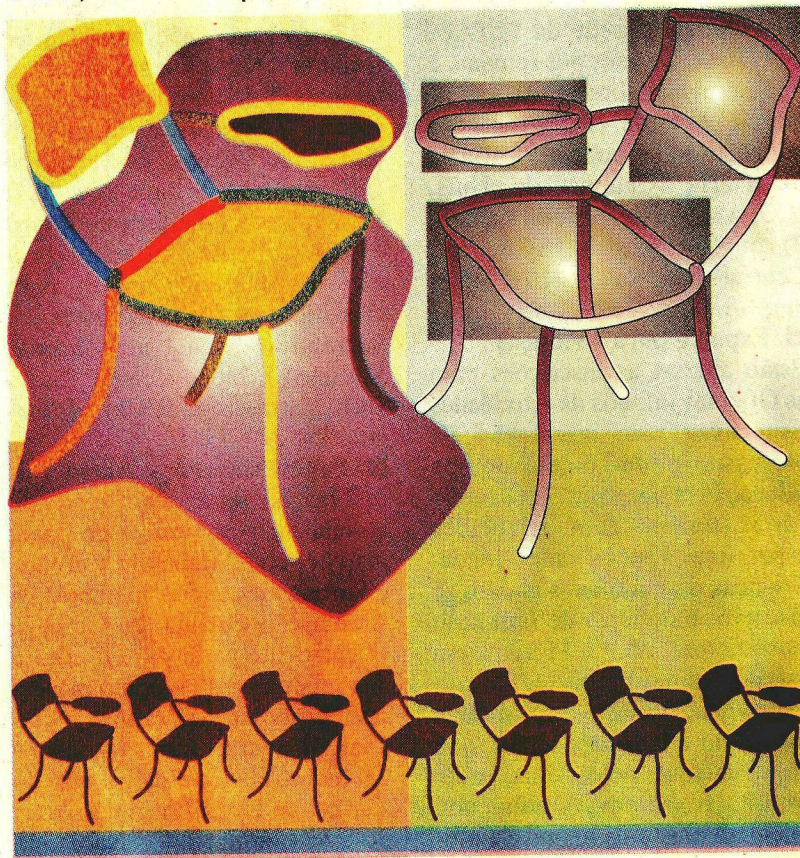
Com 70 mil vagas a oferecer, escolas particulares propõem assumir os alunos excedentes da rede pública pelo mesmo valor gasto pelo estado

Marina Oliveira
de Brasília
Especial para GZMDF

A nova diretoria do Sindicato das Escolas Particulares do Distrito Federal (Sindesep-DF) assumiu procurando parcerias com a rede pública para fugir dos efeitos da crise econômica. Com 70 mil vagas ociosas a oferecer, o presidente eleito e diretor do colégio JK, Cláudio Batista, quer matricular os alunos que ficarem sem vaga na rede pública, em troca de um pagamento equivalente ao gasto do governo por aluno.

“Temos um custo em geral mais baixo do que o da rede pública e poderíamos, inclusive, fazer uma economia, colocando dois alunos para estudar pelo preço de um na rede pública”, garante Cláudio. Segundo cálculos do Sindicato as escolas particulares têm, em média, um gasto de R\$ 170 mensais por estudante do ensino fundamental, enquanto a rede pública investiria R\$ 270. Mas há controvérsias sobre esses números, uma vez que dados do Ministério da Educação (MEC) apontam para um gasto anual por aluno no DF inferior a R\$ 1000.

A proposta de aquisição de vagas só será apresentada à secretária de Educação, Eurídes Brito, em fevereiro. Mesmo assim, não será fácil vender a idéia. “Acho complicado comprar vagas na rede particular porque já temos professores contratados para ensinar esses alunos, que não podem ser dispensados”, argumenta Eurídes, sem fechar as portas



para a parceria.

“Não posso decidir sobre um assunto do qual ainda não tomei conhecimento. Mas tenho muitas idéias para aumentar a troca entre os dois setores”, adianta. Entre as alternativas consideradas pela secretária está a permuta de espaços. Por exemplo, alunos da escola pública poderiam utilizar um laboratório de um colégio particular, em troca dos estudantes desse colégio poderem usar um ginásio da rede pública. “Temos algumas instalações, principalmente na área de educação física de dar inveja em muito colégio particular”.

Outra proposta ainda mais polêmica defendida pela nova

diretoria do Sindsepe é o cheque-educação. Os pais receberiam um cheque no valor do investimento feito em seus filhos, que poderia ser aplicado exclusivamente para pagar escola. De posse desse dinheiro, a família decidiria onde matricular as crianças. “Isso provocaria uma concorrência salutar até mesmo entre as escolas públicas que disputariam os alunos, na base da qualidade”, defende Cláudio.

Mas isso é luta para toda uma vida. No cálculo dos investimentos educacionais entram itens como salário de professor, a compra de giz e lápis, transportê, e até asfaltamento de ruas próximas ao colégio. O dinheiro que sobra

depois de descontados os gastos com toda essa infraestrutura acabaria sendo pouco para chamar a atenção das escolas particulares e mesmo pública para uma competição na base do mercado.

Com 110 mil estudantes, em 400 colégios de todo Distrito Federal, a rede particular sentiu na carne os três anos em que o funcionário público federal ficou sem aumento. “Nosso público alvo maior são os pais de classe média que trabalham na administração e tiveram uma redução do seu poder aquisitivo. É claro que as parcerias seriam muito boas para a rede particular do ponto de vista empresarial”, admite Cláudio. Para completar, em seguida: “mas nossa maior preocupação é a melhoria do ensino para todos”.

Há quatro anos a Secretaria de Educação da Bahia comprava vagas na rede particular. Mas a experiência não deu certo e foi encerrada no início de 1995. “Na prática o que acontecia era que os alunos da rede pública eram aceitos somente em colégios particulares de baixa qualidade”, lembra Cleonice Herrern, ex-diretora de planejamento da Secretaria de Educação da Bahia, atualmente trabalhando com consultoria para área educacional.

Isso acontecia porque o valor pago pelo governo não era atraente: 60% da mensalidade normal. Além disso, o convênio era feito por escola e as melhores não precisavam entrar nesse esquema já que es-

tavam com sua capacidade total preenchida. Ao contrário, do Distrito Federal, que tem um dos maiores investimentos per capita por aluno na rede pública, a Bahia dispõe de bem menos recursos para educação, atualmente R\$ 315 por aluno/ano.

Mesmo assim, Cleonice defende o estreitamento das relações do setor público e privado na educação. “Esse

modelo atual precisa ser alterado. As escolas precisam de maior liberdade e menos amarras ao governo e suas políticas, que mudam constantemente”. E acrescenta: “o fundamental é entender que qualquer experiência nesse campo só pode dar certo caso seja vantajosa para os dois lados. Não se pode enxergar mais o governo como um pai, com bolso sem fundo”, sentencia.

As prioridades de Eurídes

Mudar a educação profissional no Distrito Federal será a prioridade da secretária de Educação Eurídes Brito, nos próximos quatro anos. A idéia é adequar os cursos da rede pública à reforma do ensino técnico proposta pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997. A profissionalização passou a ser complementar ao segundo grau normal e independente da chamada parte acadêmica.

“Primeiro iremos definir pólos de formação profissional, sempre levando em conta a vocação econômica da cidade”, diz a secretária. O governo pretende criar áreas de excelência, onde ficarão concentrados os cursos profissionalizantes. “Não adianta ensinar para a pessoa não conseguir trabalhar na área depois”, enfatiza Eurídes Brito. Por isso, todo esse processo de adequação ao novo modelo de ensino técnico será conduzido em parceria com a Secretaria de Indústria e Comércio e do Trabalho.

O próximo passo seria o investimento em equipamentos, o maior problema da educação profissionalizante no país, de acordo com o MEC. “Dinheiro não será problema, o importante é traçar um plano de ação”, garante otimista.

Ela conta com empréstimos de uma linha de crédito especial estabelecida pelo MEC, em parceria com o Banco Mundial, no valor de R\$ 500 milhões para o reaparelhamento das escolas técnicas.

Na área das matrículas, Eurídes promete que nenhuma criança ficará fora da escola em 1999. A Secretaria estará concluindo na sexta-feira um mapa que permitirá saber quantas vagas novas precisam ser abertas para atender a toda população de 7 a 14 anos.

A partir disso, haverá uma decisão sobre a necessidade, ou não, de construir novas salas de aula. Como recurso emergencial, o governo irá recorrer primeiro ao aluguel de salas de aula em colégios noturnos, desocupados durante o dia. (M.O.)